

Capitalistas, comerciantes e homens de negócios: trajetórias de atuação e redes mercantis no mundo Atlântico (séc. XIX)

Capitalists, merchants and businessmen: trajectories of activity and commercial networks in the Atlantic world (19th century)

Carlos Gabriel Guimarães*

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Jonas Moreira Vargas**

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

* Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de História. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo; Mestre e graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: carlosguimaraes@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-4007-8577>  <http://lattes.cnpq.br/9663902817625185>

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História. Doutor em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jonasmvargas@yahoo.com.br
 <https://orcid.org/0000-0003-1197-6933>  <http://lattes.cnpq.br/6511913807881617>

Não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis, seus donos.

Karl Marx.

É com essa frase que Karl Marx inicia o capítulo II do Livro I de *O Capital*, uma das principais obras do século XIX. Ao longo das centenas de páginas dedicadas a desvendar as engrenagens do modo de produção capitalista, Marx faz desfilar uma porção de pessoas da Inglaterra vitoriana que ele conheceu muito bem. Alguns deles eram homens como o Sr. Ottley, gerente de uma fábrica de papéis em Londres, os senhores Naylor e Vickers, fabricantes de aço que empregavam 600 a 700 pessoas em seu estabelecimento, e o Sr. E. F. Sanderson, da firma *Sanderson, Bros & Co.*, que trabalhava com aço, laminação e forjas, entre muitos outros. Em suma, buscando entender as atividades econômicas de fabricantes, negociantes e investidores de capital, Marx deixava-se guiar pela frase que iniciava o capítulo: quem eram os responsáveis pelas mercadorias e os seus donos? Foi a partir da observação de como esses homens organizavam os seus negócios e se manifestavam publicamente a respeito dos mesmos que Marx coletou preciosas informações que o auxiliaram na reflexão e na compreensão das formas de exploração do trabalho, da circulação de mercadorias e do processo de produção do capital.

Passados cerca de 150 anos, os historiadores continuam perseguindo os “donos das mercadorias”, tentando desvendar, a partir de sua atuação nos seus respectivos mercados ou de suas diversificadas redes de negócios, as complexas conexões do mundo do capital, do comércio mundial e das distintas formas de produção de mercadorias. A observação de pessoas concretas atuando nesse emaranhado de trocas mercantis constitui-se em um modelo de análise fundamental de investigação e pode ser percebido em outras tantas obras clássicas e centrais para os debates historiográficos recentes. Em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, por exemplo, Fernand Braudel também faz desfilar um punhado de ricos comerciantes que diversificavam os seus negócios, como os irmãos Jean e Pierre Pellet. A partir de sua correspondência, Braudel percebeu as suas conexões com as finanças e o seu um amplo raio de atuação em busca de diversas mercadorias, conectando Martinica, Santo Domingo e Caracas aos mercados europeus.

Nos anos 1940, Eric Williams devassou a vida de comerciantes marítimos e traficantes negreiros de Liverpool e de outras cidades, evidenciando as suas conexões com fabricantes e industriais britânicos ao longo do século XVIII. Em seu livro, pode-se conhecer melhor diversas figuras, como, por exemplo, *sir* William Fazackery e Samuel Touchet, dois fabricantes de algodão de Lancashire, que também eram membros da companhia de Mercadores em

Comércio com a África. Portanto, a observação empírica de múltiplas trajetórias de atuação mercantil, de inversão de capitais e de inserção em determinadas redes de negócios foram e ainda são fundamentais na pesquisa histórica, tanto para a elaboração de grandes modelos teóricos e analíticos, como para a própria crítica feita aos mesmos.

O presente Dossiê reúne bons exemplos de como essas análises se ampliaram e diversificaram os seus olhares. Novos temas e novas fontes documentais são incorporadas para compreender melhor a atuação mercantil, o comportamento social e o perfil de investimentos dos comerciantes e homens de negócios no mundo atlântico dos séculos XVIII e XIX. Nos artigos a seguir, os leitores e as leitoras poderão perceber a diversidade regional das contribuições trazidas pelos autores e autoras que estudaram a trajetória de negociantes desde as fronteiras do norte até as do sul do Brasil, colaborando com análises que oferecem uma ideia mais abrangente das práticas mercantis da época. Além disso, por meio de um variado repertório de fontes, o conjunto de artigos evidencia os distintos espaços de atuação dos comerciantes para além das preocupações mercantis do seu cotidiano, como o seu interesse pelo turfe, filantropia, nobilitação e caridade.

Carlos Eduardo Nicolette, com o texto **O financiamento da lavoura canieira paulista: a atuação de negociantes de grosso trato na expansão da fronteira mercantil em Campinas colonial**, investigou a atuação de negociantes de grosso trato portugueses em São Paulo e o seu papel na montagem do setor açucareiro de Campinas no final do período colonial. Na análise da trajetória do Brigadeiro Luis Antônio de Souza Queiroz, Nicolette defende que homens de negócios como ele foram fundamentais no investimento de capitais em terras, engenhos e trabalhadores escravizados. Dialogando com o conceito de “fronteira da mercadoria” de Jason Moore, o autor evidencia como tais investimentos colaboraram com o desenvolvimento da lavoura canieira paulista em um importante momento de expansão mercantil.

O artigo de Lélío Luiz de Oliveira e Renato Marcondes, **Os negócios do açúcar em Lisboa na primeira década pombalina: volumes, origens, destinos e agentes na Alfândega (1752-1761)**, realiza um estudo aprofundado dos negócios envolvendo o açúcar em Lisboa, entre 1752 e 1761 – na primeira década do governo de Pombal. Por meio da análise dos despachos da Alfândega de Lisboa, os autores perceberam a ampla diversidade das pessoas envolvidas nesse ramo de negócios, desde grandes negociantes nacionais e estrangeiros, vinculados à reexportação da mercadoria, até um vasto número de agentes mercantis que distribuía pequenas quantidades para o mercado interno. O resultado era uma enorme concentração e uma maior permanência nesse ramo de negócios por parte dos maiores negociantes, que reunia homens como Jacob Suberkrub, que negociou 18,6% de todo o açúcar transacionado em 1752 e 23,1% em 1755, Jorge Hinzt, que foi o maior negociante entre 1758 e 1761, e Francisco “Clefecler”, que pertencia a uma família de mercadores hamburgueses que sempre mantinham um de seus membros em Lisboa.

Fábio Kühn, no artigo **Mercadores e contrabandistas: o comércio ilícito de escravizados no Rio da Prata na década de 1760**, investigou os processos de apreensão

efetuados pelas autoridades da Real Fazenda de Buenos Aires, identificando quem eram os agentes mercantis envolvidos nesse comércio ilegal. Assim, percebeu que tais negócios envolviam diversos tipos de pessoas, desde o nível operacional, como os marinheiros e intérpretes, até os homens de negócio da Colônia do Sacramento que vendiam os cativos aos mercadores que os contrabandeavam para Buenos Aires. A partir das fontes consultadas pelo autor, surgem importantes trajetórias, como Domingo Lagos, um mediador no contrabando platino, Gregorio Rodriguez, ou El Teatino, um dos contrabandistas mais famosos, e o tenente Diego Andicochea, que personificava a figura do oficial contrabandista. Todas elas ajudam a entender melhor as minúcias que estruturavam um dos negócios mais rentáveis da região.

O artigo de Renato de Mattos, **Do porto de Santos ao rio Douro: a trajetória do negociante Antônio José Vieira de Carvalho (1803-1822)**, analisou a trajetória desse comerciante, que era representante da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em São Paulo e um dos principais membros da elite mercantil do porto de Santos. Pesquisando a correspondência oficial dos capitães-generais paulistas, passaportes de embarcações e os registros da movimentação portuária de Santos remetidos ao Conselho Ultramarino, o autor percebeu as diferentes ligações entre os negociantes paulistas e outros agentes espalhados pelo Império português, assim como de seus concorrentes do Centro-Sul da colônia.

No artigo **Nas tramas do crédito: patrimônio e ramos de atuação dos homens de negócios no Sul sergipano (1800-1849)**, Fernanda Carolina Pereira dos Santos estudou algumas das principais características do comércio nessa região. Analisando as mais de três mil dívidas listadas em 419 inventários post mortem abertos em Estância, no sul de Sergipe, a autora percebeu tanto o perfil de devedores e credores quanto a extensão geográfica das atividades comerciais dos mesmos. Comparando o raio de atuação dos negociantes de Salvador e de Estância, a autora percebeu que, enquanto primeiros atuavam em um mercado mais atlântico dominado por comerciantes de grosso trato, os segundos dedicavam-se à intermediação mercantil das praças comerciais e a distribuição dos produtos no interior de Sergipe e da Bahia.

Katia Luciene de Oliveira Santana, no artigo **Proprietários, comerciantes, militares e traficantes: trajetória e perfil dos juizes de paz da cidade do Rio de Janeiro (1829-1840)**, estudou o perfil sócio-ocupacional dos primeiros juizes de paz do Rio de Janeiro e as suas relações com o universo mercantil da cidade. A partir do estudo prosopográfico de um grupo composto por 140 juizes identificados entre 1829 e 1840, da leitura da imprensa fluminense e da análise de documentos manuscritos localizados no Arquivo Nacional e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a autora percebeu profundas relações de interesse mercantil e político entre proprietários, comerciantes e traficantes de escravos com os próprios juizes. Alguns traficantes, como Simplício da Silva Nepomuceno e Duarte José de Melo, por exemplo, conseguiram até mesmo ocupar o cargo de juiz de paz. Segundo Santana, o envolvimento de juizes de paz com o tráfico e/ou comércio ilegal de escravos colocava em xeque a função de fiscalização do contrabando ilegal sob a autoridade desses agentes públicos.

Siméia de Nazaré Lopes, com o texto **Rotas comerciais e o negócio nos sertões: negociantes e integração territorial no Grão-Pará entre o final do século XVIII e início do XIX**, analisa as propostas de integração territorial das capitanias do Grão Pará e Rio Negro com o Oeste do Estado do Brasil e a estrutura do comércio fluvial em fins do século XVIII e início do XIX. Através das redes de comércio de negociantes como a do capitão João Lopes da Cunha, e dos negociantes Manuel José de Oliveira e Francisco Xavier da Silva foram estabelecidas relações comerciais em diferentes pontos e portos da região, não se limitando apenas à praça de Belém.

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, em artigo intitulado **Traficantes, senhores de engenho e dívidas: a trajetória de Gabriel Antonio no tráfico, 1828-1852**, estuda a carreira desse negociante, bastante envolvido com o comércio negreiro em Pernambuco. A análise de documentos cartoriais, notícias, sátiras nos jornais, processos judiciais e o seu pedido de moratória em 1863, possibilitaram ao autor conhecer um pouco mais sobre as conexões mercantis e a atuação de Gabriel Antônio, que também recepcionava os navios do tráfico nas praias contíguas aos seus engenhos. Além disso, a sua trajetória também ajuda a entender melhor os muitos vínculos entre traficantes, a elite política imperial e a classe senhorial durante o período do tráfico ilegal, bem como o uso de letras de câmbio pelos comerciantes negreiros em suas práticas mercantis.

Rafael Cupello Peixoto, com **As redes “transimperiais” de um “homem de negócios”: as estratégias de Felisberto Caldeira Brant para alcançar o centro político imperial brasileiro**, analisa a outra faceta do Marquês de Barbacena, a de homem de negócios. Através da sua rede de negócios, particularmente com o negociante, traficante de escravos e senhor de engenho João Rodrigues Pereira de Almeida, Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta pode se aproximar do centro do poder, da Corte no rio de Janeiro, se tornar homem de confiança do primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I.

Jorge Luis dos Santos Alves, **Capitalistas e filantropos: homens de negócios portugueses na cidade do Rio de Janeiro**, analisa a presença e atuação dos imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro no desenvolvimento da indústria e do mercado financeiro, como também da filantropia e patrocínio de instituições culturais. O enriquecimento de uma pequena parcela de imigrantes portugueses possibilitou aos mesmos de participarem no desenvolvimento econômico da cidade, e, como forma de inserção na “boa sociedade”, patrocinarem instituições culturais e filantrópicas.

Em **Turfe, famílias de elite e negócios no Recife oitocentista**, Thiago Lindemaier da Rosa estudou como algumas pessoas de destaque no comércio e nas finanças da capital de Pernambuco utilizaram o turfe como uma forma de diversificar os seus empreendimentos. Estudando algumas trajetórias, o autor percebeu a criação e as redes de apoio social e financeiro entre os diversos agentes envolvidos com os clubes de corridas de cavalo na década de 1880. Trata-se de uma análise interessante, pois poucas vezes lemos a respeito dos espaços de lazer e sociabilidade desses homens de negócios e como isso os colocavam em contato com ricos fazendeiros, capitalistas e importantes membros da alta burocracia imperial e da elite

política da época, criando laços sociais que podiam ser de grande utilidade no mundo dos negócios.

No artigo **Martins Lage & Mattos Costa: a formação de um negociante na praça do Rio de Janeiro e em suas conexões atlânticas (1842-1857)**, Thiago Mantuano estuda a atuação de Antônio Martins Lage (1825-1900) nos seus primeiros anos no mundo dos negócios. Analisando as condições que Lage encontrou tanto nos negócios familiares herdados de seus pais, quanto no legado da experiência de seu sogro, Joaquim de Mattos Costa, o autor percebeu o lugar de destaque do negociante, a partir de práticas mercantis inseridas em processos históricos mais amplos, como a revitalização da escravidão e a construção do Estado Nacional em meio a uma expansão da economia agrário-exportadora que caracterizou o meado do século no Rio de Janeiro.

Bruna Iglesias Motta, no artigo **A Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor: uma empresa de transportes no Império do Brasil**, analisa a trajetória da Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor (1853-1908). Sediada no Recife, a empresa foi criada pelo governo imperial para promover a navegação regular a vapor, entre os portos de Maceió, em Alagoas, e Fortaleza, no Ceará. A partir de da investigação de diferentes documentos, como decretos legislativos, relatórios ministeriais, provinciais e periódicos, a autora busca contribuir com a ampliação das pesquisas em história de empresas públicas e dos transportes no Brasil do século XIX. Nesse sentido, a trajetória da Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor também possibilita um melhor conhecimento a respeito do desenvolvimento dos transportes e da navegação a vapor brasileira em uma época de muitos desafios para esse setor.

O Dossiê também apresenta uma resenha de autoria de Edimilson Pessanha do livro “Os bons devedores: Brasil e Peru na formação global de capitais: 1850-1880”, de José Augusto Miranda, e uma entrevista com o Professor Jorge Pedreira (Universidade Nova de Lisboa), um dos maiores especialistas na história das elites mercantis no mundo atlântico, nos séculos XVIII e XIX.

Os organizadores e autores desejam a todos e todas uma ótima leitura!